

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.374.752 - MA  
(2018/0259971-4)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**AGRAVANTE : J A DE S**  
**ADVOGADO : LUÍS CARLOS ALENCAR DE BESSA - CE014126**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. INCIDÊNCIA. SÚMULA N.º 182 DO STJ. AGRADO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. A decisão agravada não conheceu do agravo em recurso especial, por não ter impugnado os fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem para inadmitir o recurso especial. A Defesa, entretanto, não refutou a aludida fundamentação, mas se voltou contra o acórdão proferido pelo Tribunal de origem, repisando as razões de mérito deduzidas no apelo nobre.

2. Ao buscar desconstituir a fundamentação do acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*, e não a decisão que não conheceu do agravo em recurso especial, a Defesa acabou por tornar manifestamente inadmissível o presente agravo regimental, uma vez que não impugnou especificamente o fundamento da decisão cuja reforma é pretendida, segundo previsão do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, c.c. o art. 3.º do Código de Processo Penal, bem assim pela incidência da Súmula n.º 182 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Não ultrapassado o juízo de admissibilidade dos recursos, é inviável análise das questões de mérito neles deduzida.

4. Agravo regimental não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer do agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRA LAURITA VAZ**  
Relatora